X Encontro Nacional de Economia Política

O CAPITAL COMO SUJEITO E O "SENTIDO DA COLONIZAÇÃO"

Rodrigo Alves Teixeira
Professor do Departamento de Economia da FEA-USP
Analista do Banco Central do Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as linhas principais da historiografia sobre o período colonial brasileiro que surgiram a partir do modelo interpretativo de Caio Prado Júnior e, a partir da análise dos seus fundamentos metodológicos, avaliar o poder explicativo e adequação desses modelos.

Nessa historiografia, sabe-se que a maioria dos autores buscou analisar a realidade colonial brasileira com base nos conceitos desenvolvidos por Marx, na linha do Materialismo Histórico. Entretanto, apesar de aparentemente partirem de uma mesma concepção teórica, tais autores chegam a resultados muito diferentes.

Tais diferenças, como buscaremos defender neste trabalho, decorrem principalmente devido às diferentes leituras da obra de Marx, e podem ser compreendidas por uma comparação entre os aspectos metodológicos dessas leituras.

Palavras-chave:
1) sentido da colonização 2) historiografia 3) metodologia 4) dialética

Classificação JEL: N01

ABSTRACT

THE CAPITAL AS SUBJECT AND THE "SENTIDO DA COLONIZAÇÃO"

The objective of this paper is to discuss the main lines of the Brazilian historiography about colonial period that had emerged after the Caio Prado Júnior' s model and, starting from its metodological fundaments, evaluate the explicative power and adequacy of the considered models.

In this historiography, the majority of the authors analyzes the Brazilian colonial period with the concepts developed by Marx, in the Historical Materialism approach. However, although apparently belong to a same theoretical conception, such authors find very different results.

Such differences are due to the different interpretations of marxian theory, and they can be understood by a comparison of the methodological aspects of them.

O CAPITAL COMO SUJEITO E O "SENTIDO DA COLONIZAÇÃO"

Introdução

É sabido que o modelo interpretativo proposto por Caio Prado Jr em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* exerce forte influência até hoje na historiografia sobre o período colonial brasileiro.Sua influência se exerce tanto naqueles que procuram manter a idéia do "sentido da colonização", vendo a colônia como uma sociedade cuja estrutura e funcionamento foram determinados pelo comércio externo e, portanto, como um mero empreendimento a serviço do capital comercial europeu, quanto naqueles que, buscando criticar tal visão e defendendo uma autonomia da dinâmica interna à colônia, vêem-se obrigados a discutir o modelo pradiano e seus desenvolvimentos posteriores, usando-o como ponto de partida das suas críticas.

O objetivo do presente trabalho é discutir as linhas principais da historiografia sobre o período colonial brasileiro que surgiram a partir do modelo pradiano e, a partir da análise dos seus fundamentos metodológicos, fazer uma avaliação do poder explicativo e adequação dos modelos propostos.

Nesta historiografia, sabe-se que a maioria dos autores buscou analisar a realidade colonial brasileira com base nos conceitos desenvolvidos por Marx, ou seja, na linha do Materialismo Histórico, e Caio Prado Jr foi pioneiro na aplicação do materialismo histórico à realidade brasileira. Entretanto, apesar de aparentemente partirem de uma mesma concepção teórica, tais autores chegam a resultados muito diferentes. Tais diferenças, como buscaremos defender neste trabalho, decorrem principalmente devido às diferentes leituras da obras de Marx, e são de fundo metodológico. Desta forma, torna-se necessário compreender as diferentes leituras de Marx que foram feitas pelos autores do debate, explicitando os aspectos metodológicos destas leituras.

Daremos destaque à tensão existente entre três visões da teoria do conhecimento em ciências sociais: o positivismo (e também o estruturalismo), com a sua busca de relações invariantes, de validade universal no espaço e no tempo; o historicismo, com a defesa de que cada arranjo social é uma particularidade histórica e que os conceitos não podem ser generalizados para o estudo de distintos arranjos sociais, o que aponta para os limites do conhecimento; e a dialética, que com uma mudança de registro lógico, ou seja, com o rompimento com os limites da lógica formal, busca trabalhar a contradição entre a generalidade e a particularidade dos conceitos.

As discussões nas quais nos centraremos são basicamente as seguintes, que consideramos ser as mais importantes nas críticas ao modelo pradiano:

1) a acusação, imputada ao modelo pradiano, de que a idéia de "sentido" seria teleológica.

2) as críticas segundo as quais o escravismo (e não o capital comercial), que não é elemento central na obra de Caio Prado (chegando mesmo, em Fernando Novais, a ser visto como resultado do tráfico, ou seja, explicado pelo capital comercial), deveria ser a categoria central no estudo da Colônia, pois seria seu traço definidor e diferenciador.
3) O uso da categoria Modo de Produção para estudar o Brasil-Colônia, no bojo das críticas de que o modelo pradiano seria circulacionista, ou seja, centrado na circulação comercial, e não nas relações de produção, e por isto não seria rigoroso na aplicação do materialismo histórico à realidade brasileira.
4) As críticas à excessiva ênfase dada à dependência e subordinação da economia e da estrutura da sociedade colonial ao mercado externo. Embora esta crítica esteja ligada às críticas teóricas anteriores, ela se desenvolveu não apenas no plano teórico, mas principalmente baseada nos desenvolvimentos da pesquisa empírica a partir da década de 70 (particularmente com a demografia histórica), que apontaram uma complexidade na economia colonial que não podia ser explicada apenas pela idéia do "sentido".

Este trabalho se divide em 4 seções, além desta introdução. Na seção 1, apresentaremos o modelo proposto por Caio Prado Jr em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, além de mencionar os desenvolvimentos teóricos do modelo pradiano com as obras de Celso Furtado e Fernando Novais, entre as décadas de 50 e 70. Na seção 2, apresentamos as discussões teóricas a respeito do modelo pradiano, com as críticas e modelos alternativos que surgiram, particularmente as propostas de Antônio Barros de Castro, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, já nos anos 80. Na terceira seção, apresentaremos dois modelos recentes, da década de 90, que buscam superar as dificuldades que permaneceram nos modelos apresentados na seção 3. A primeira é a proposta de João Luís Fragoso, que se centra no conceito de formação econômico-social para tentar superar os limites da categoria modo de produção, e destaca de maneira mais radical a autonomia da dinâmica interna da colônia com relação ao capital mercantil. A segunda é a proposta de Iraci Costa e Julio Pires, que busca conciliar a noção de dependência e relativa falta de autonomia da colônia com as evidências empíricas obtidas da demografia histórica que mostraram os limites da noção de "sentido" para explicar a complexidade da sociedade colonial.

Finalmente, na quarta seção, faremos as considerações finais e apresentaremos nossa conclusão.

1) O "sentido da colonização" de Caio Prado Jr

O objetivo desta seção é apresentar as características principais do modelo interpretativo de Caio Prado Jr. Logo no início de sua obra, ao tratar do "Sentido da Colonização", o autor explicita sua

posição metodológica, que se assemelha muito à postura metodológica de Marx. Emparelhemos as duas citações para ficar clara a comparação:

> "Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo 'sentido'. Este se percebe não nos pormenores da sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num longo período de tempo". (Prado Jr, 1981, p. 13).

> "A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada, da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior." (Marx, 1978, p. 120).

Em primeiro lugar, há que se ressaltar que os objetivos de Caio Prado e Marx são diferentes. Enquanto este último fala da passagem de um modo de produção a outro, Caio Prado não destaca rupturas deste nível, e nem utiliza em sua obra o conceito de modo de produção. O que há em comum nas duas citações é a relação entre passado e presente, a idéia de que, ao se conhecer o *resultado* do desenrolar da história, é possível então, a partir do conhecimento do presente, olhar para trás para identificar quais as relações mais importantes para se compreender a dinâmica das sociedades passadas que a distanciavam ou que a desenvolveram na sociedade presente. É o presente que fornece a chave para o passado, ou seja, é o conhecimento do presente que permite identificar quais os elementos essenciais para se compreender o passado, separando estes elementos essenciais do que é secundário ou apenas acessório, ou seja, dos "pormenores de sua história". [1]

Tanto em Marx como em Caio Prado Jr nota-se então a idéia de um "sentido" na história, mas este sentido não é teleológico (como em Hegel), ou seja, não é um sentido que existe *a priori*, determinístico, cujo *telos* é previamente conhecido, mas um sentido que é conhecido, ou melhor dizendo, um sentido que é *reconstruído racionalmente* apenas *a posteriori*, ou seja, a partir do conhecimento da sociedade que resultou do desenrolar histórico.

Assim como nada garante que do "macaco" – de um antropóide – deveria emergir o homem como necessidade lógica, também nada garante que o futuro estava inscrito como necessidade lógica no passado, de forma que a história se processaria como a realização de uma racionalidade

[1] Ao falar de pormenores aqui, nos parece que Caio Prado Jr esteja falando dos acontecimentos empíricos isolados, ou seja, da história factual. No caso da nossa história colonial, são por exemplo os sucessivos "ciclos" de produtos de exportação, descritos por Roberto Simonsen, fenômenos isolados aos quais Caio Prado Jr busca dar uma significação teórica, ou seja, encontrar a essência que os move. Também podem ser vistos como pormenores os elementos presentes na sociedade colonial que não estavam diretamente relacionados ao sentido da colonização, mas eram subsidiários a ele, como o mercado interno da colônia e seus elementos constituintes. Fazendo parte da "geração de 30", ao lado de Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre (como destaca Antônio Cândido no seu prefácio ao *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda), Caio Prado participa assim da revolução de nossa historiografia que busca romper com a história factual para engajar-se na formulação de teorias, ou seja, de modelos interpretativos que buscam explicar os fatos isolados em seu conjunto, identificando a lógica que os une.

metafísica[2]. Esta é, aliás, uma das mais fortes críticas de Marx a Hegel, particularmente à sua concepção do Estado Moderno.

Desta forma, assim como não é correto tratar a "sucessão dos modos de produção", em Marx, como um processo evolutivo histórico-natural, e mais ainda, com uma ordem de evolução pré-definida – como foi feito com a vulgarização do marxismo por Stálin e outros – também não é correta, a nosso ver, as acusações de que a idéia de "sentido da colonização" proposta por Caio Prado seja teleológica: a lógica do "sentido" não existe *a priori*, como necessidade lógica, mas é reconstruída *a posteriori* pelo sujeito do conhecimento, como contingência que se realizou efetivamente.

Caio Prado também empresta outra significação à palavra "sentido", o que já é um salto da metateoria para a teoria: ao ver na colônia um organismo econômico primordialmente voltado ao fornecimento de produtos tropicais e de metais preciosos para o mercado europeu, destaca então este "sentido" da produção colonial, ou seja, seu direcionamento para o mercado externo, que conduzirá toda a obra da colonização e a sociedade colonial.

Assim, depois de explicitada a postura metodológica, o autor passa a estudar a Vida Material da colônia. Identificado este "sentido", percebido exatamente pela sua permanência e de seus efeitos sobre o presente (e este presente é o de um Brasil já independente politicamente nas primeiras décadas do século XX, mas que continuava dependente economicamente do mercado europeu) Caio Prado Jr vai destacar os elementos essenciais da vida material da colônia, que serão a grande lavoura, a monocultura e o trabalho escravo, elementos esses que delinearam os contornos econômicos, sociais e geográficos da sociedade colonial que permaneceram até o presente. Após identificar estes elementos essenciais, ele busca separá-los do que é apenas acessório, dos elementos e acontecimentos secundários, entre os quais estarão o mercado interno e a produção voltada para ele, como a pecuária, o setor de serviços e a produção de gêneros alimentícios e utensílios para consumo interno.

Busca mostrar, então, que os elementos secundários estão totalmente subordinados aos elementos essenciais: a produção para o mercado interno surge apenas como atividade subsidiária da grande lavoura escravista exportadora e tem sua dinâmica determinada pela dinâmica do mercado externo, ou seja, pela dinâmica dos preços internacionais e da demanda de gêneros agrícolas tropicais

---

[2] Marx alerta para este erro de considerar a história de forma teleológica, como uma sucessão de etapas pré-determinadas, na passagem seguinte: *"O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas – concebe-as sempre sob um aspecto unilateral".* (Marx, 1978, p. 120). Além do risco de teleologia, Marx aponta também para outro problema, presente nos economistas políticos, de partirem dos conceitos da sociedade capitalista e ignorarem as diferenças com relação às demais sociedades passadas, ou seja, ignorar a história: *"Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [caráter de - RAT] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isto senão cum grano salis [ou seja, em sentido bem determinado, com cautela - RAT]. Podem ser desenvolvidas, atrofiadas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas".* (op.cit). Muitos marxistas, porém, entre eles o estruturalismo de Althusser e o próprio Jacob Gorender (que discutiremos adiante), incorreram neste erro e tomaram as categorias criadas para o estudo da sociedade capitalista para estudar as sociedades passadas sem muita cautela.

pela Europa. O capital comercial é então elemento central para a compreensão da sociedade colonial e da sua dinâmica.

Finalmente, a partir do estudo da Vida Material (ou "base econômica" da sociedade colonial), dentro da postura do materialismo histórico, nos capítulos finais da obra o autor passa então a analisar a Vida Social da colônia, ou seja, passa a estudar a superestrutura que se formou sobre aquela base. Aqui fica clara sua filiação ao materialismo histórico: a vida social é explicada a partir da vida material[3].

Assim, no modelo pradiano, a economia e a sociedade coloniais seriam um mero apêndice de um sistema mais amplo que tem seu centro na Europa, e toda sua dinâmica se subordinaria àquele centro. Não havia aqui espaço para a reprodução de uma sociedade autônoma.

Dois outros autores são vistos como desenvolvimentos do modelo pradiano. O primeiro foi Celso Furtado (1959), que desenvolveu a idéia de subordinação da colônia ao comércio externo, buscando explicitar os ciclos reflexos da economia colonial ao mercado europeu. Este autor, entretanto, desenvolve suas idéias a partir de uma perspectiva keynesiana, e não marxista, e não colocou sua obra explicitamente como um aperfeiçoamento do modelo de Caio Prado Jr. O segundo foi Fernando Novais (1979), também de orientação marxista e buscando desenvolver explicitamente o modelo pradiano, por meio da idéia do "sentido profundo da colonização", dando particular atenção ao papel do regime colonial na acumulação primitiva de capital na Europa. Veremos esses dois autores na próxima seção.

2) O desenvolvimento do modelo pradiano: Celso Furtado e Fernando Novais

Em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado (Furtado, 1967), ainda que partindo de referencial teórico bastante distinto do de Caio Prado Jr, chega a uma visão do Brasil colônia e, mais ainda, do Brasil das primeiras décadas do século XX, bastante parecida com a visão deste autor.

Inspirado pelas idéias keynesianas, particularmente na sua versão latino-americana desenvolvida no interior da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Celso Furtado se concentra no

[3] Não poderíamos omitir algumas opiniões sobre este complicado tema. De nossa parte, não acreditamos haver a separação radical entre base econômica e superestrutura, que a nosso ver foi utilizada por Marx muito mais para fins didáticos, embora tenha trazido mais problemas que soluções, o que ele próprio percebeu logo de início, tendo nas edições posteriores de *O Capital* suprimido o Prefácio anterior que havia preparado (conhecido como o Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política) e no qual apresentava tais noções (Marx, 1983, Prefácio). A dificuldade que levou Marx a suprimir tal prefácio é exatamente a dificuldade de se apresentar de antemão, antes do desenvolvimento da teoria, conceitos construídos dialeticamente, que num prefácio *aparecem* como se fossem meras definições formais, à maneira das teorias construídas com a lógica formal. Ou seja, trata-se de um problema em geral de se fazer prefácios quando se trata de uma obra dialética, problema que já havia sido destacado por Hegel. Em Fausto (1987, cap.3) encontramos uma exposição de como não é adequado separar a "base econômica" e a "superestrutura", pois a relação entre elas é uma relação dialética de *posição* e *pressuposição*. Infelizmente, como se sabe, as fáceis leituras vulgares de Marx tiveram preponderância sobre a leitura dialética, apesar das inúmeras advertências do próprio autor. Neste trabalho, entretanto, não trataremos deste tema, e remetemos o leitor ao texto de Ruy Fausto citado anteriormente, para uma solução dialética para a relação entre a "superestrutura" e a "base econômica".

estudo da economia agrário-exportadora para mostrar como esta orientação para o mercado externo baseada no trabalho escravo foi prejudicial e atrasou o desenvolvimento econômico brasileiro, porque: 1) a produção extensiva de gêneros agrícolas, possibilitada pela abundância de terras e pelo fornecimento de mão-de-obra escrava, limitou muito o progresso técnico; 2) o direcionamento para o mercado externo, associado à escassa renda monetária que só seria ampliada no século XIX com o surgimento do trabalho assalariado, limitavam o desenvolvimento de um mercado interno que traria uma dinâmica própria à economia colonial, por meio dos mecanismos multiplicadores da renda presentes nas economias de mercado. Além disso, esta estrutura econômica precária e instável no tempo e no espaço – como escreveu Caio Prado Jr – baseada na monocultura para exportação, na grande propriedade rural e no trabalho escravo promoveu grande concentração da renda entre as classes sociais e também do ponto de vista regional, ficando a renda concentrada no litoral e principalmente nos estados do Sudeste e Sul, que se desenvolveram muito à frente dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, trazendo assim fortes desigualdades sociais e regionais.

Assim como Caio Prado Jr, Furtado vê a Colônia como um sistema econômico dependente, sem autonomia:

"(...) sendo uma plantação de produtos tropicais, a Colônia estava integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores." (Furtado, 1967, p.95)

Sua principal contribuição para o que se chama de aperfeiçoamento do modelo pradiano está no estudo das flutuações da economia colonial. Como esta não tinha funcionamento autônomo, seu ritmo seria determinado pelas flutuações do mercado internacional. Para Furtado, os períodos de alta do preço internacional dos gêneros agrícolas de exportação representam períodos de expansão econômica nas atividades da colônia voltadas ao mercado interno, como a pecuária e a produção agrícola para consumo interno. Isto porque a grande lavoura tinha alto coeficiente de exportação, e o seu crescimento implicava o aumento da demanda por produtos internos para abastecimento. Nos períodos de baixa do preço internacional, ocorreria o inverso: parte da mão-de-obra escrava da grande lavoura seria deslocada para a produção de subsistência. Desta forma, a produção interna poderia até aumentar, mas não o faria de forma mercantilizada, mas apenas concentrada na produção de subsistência. Assim, o aumento da produção interna não era acompanhado por um crescimento da renda monetária e portanto não haveria uma mudança estrutural na dinâmica econômica da colônia – o que só passaria a ocorrer, para Furtado, com o surgimento do trabalho assalariado trazido pela imigração européia e se consolidaria na década de 1930, com o centro dinâmico da economia se deslocando da agricultura para exportação para a indústria voltada ao mercado interno.

Fernando Novais, com sua obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1979), busca explicitamente, dentro do quadro teórico do marxismo, aprofundar a tese do "sentido da colonização" de Caio Prado Jr. A partir do conceito de *Antigo Sistema Colonial*, ligado ao *Antigo Regime* que se caracterizava no campo político pelo absolutismo e no econômico pelas doutrinas mercantilistas, o autor insere o sistema colonial no quadro maior da acumulação primitiva de capital na Europa, que teve como um de seus pilares a extração do excedente colonial por meio do monopólio exercido pela metrópole no comércio com as colônias.

"O regime do comércio colonial – isto é, o exclusivo metropolitano no comércio colonial – constituiu-se ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu" (Novais, op.cit, p.92).

Assim, Novais vai além de Caio Prado Jr quando chama de "sentido profundo da colonização" o fato de a transferência do excedente da colônia para a metrópole por meio do monopólio do comércio de gêneros tropicais ter servido à acumulação primitiva de capital que impulsionaria a Revolução Industrial no século XVIII. Isto ocorreu particularmente pela transferência deste excedente que era apropriado por Portugal, subordinado que era no cenário europeu, para a Inglaterra.

Tudo na colônia seria explicado então por este "sentido profundo", sendo portanto, assim como em Caio Prado Jr., o capital comercial a chave para a compreensão do sistema colonial: tudo o mais que existe na colônia será subsidiário e seu mercado interno, segundo Novais, será necessariamente reduzidíssimo (op.cit, p. 109).

Até mesmo a escravidão terá sua explicação pelo capital comercial e pela acumulação primitiva: para Novais, não é a instituição escravidão que explica o surgimento do tráfico negreiro, ao contrário, é o fato de o tráfico negreiro também contribuir para a acumulação primitiva de capital que explica o fato de se ter optado pela mão-de-obra escrava africana.

A respeito desta tese sobre a escravidão, cabe uma qualificação: aqui de fato soa teleológica a idéia de que é o tráfico negreiro que explica a escravidão devido à existência de um "sentido profundo da colonização", que seria a acumulação primitiva. Assim, Novais parece ir além de Caio Prado no uso que dá à palavra "sentido", de forma que às vezes se tem a impressão de que a acumulação primitiva de capital constituía um *telos* metafísico. Se não for isto, haveria então outra possibilidade: a de que haveria, senão uma razão histórica metafísica (que está mais para Hegel que para Marx), um Sujeito, à frente do processo de acumulação primitiva. Consideremos duas possibilidades: este Sujeito

poderia ser o próprio homem, ou seja, um sujeito dotado de intencionalidade, ou ainda o capital (ou uma de suas formas), ou seja, um sujeito automático.

No primeiro caso, poder-se-ia considerar que a acumulação primitiva de capital era um objetivo deliberado dos comerciantes ou das elites européias, que por isto teriam escolhido o escravo africano como mão-de-obra para a lavoura. Entretanto, esta possibilidade soa absurda, afinal as elites teriam que conhecer previamente o resultado da história.

Caberia considerar, ainda, a possibilidade, mais plausível, de haver como sujeito do processo o próprio capital, e então os homens surgiriam apenas como personificações de categorias econômicas, como *suportes* do capital. Entretanto, o capital dentro do esquema teórico de Marx só passa a existir efetivamente quando a sua forma capital industrial, com o trabalho assalariado, passa a ser dominante, o que só pode ocorrer logicamente depois da acumulação primitiva do capital. Dessa forma, uma vez considerado o capital – enquanto forma apenas (D – M – D'), embora sem conteúdo, isto é, sem o trabalho assalariado e a grande indústria que constituem em Marx seu fundamento social – como sujeito já antes do advento do capitalismo industrial, o argumento de Novais ganharia mais força contra as acusações de ser teleológico. Ou seja, nos parece que falta a Novais, para fugir das acusações de ser teleológico, apontar qual o sujeito deste processo que gera a acumulação primitiva de capital.

Entretanto, há que se ressalvar o uso impróprio que Fernando Novais faz do termo capitalismo quando lhe confere a adjetivação "capitalismo comercial".[4] Marx fala sem dúvida de "capital comercial" como uma das formas históricas do capital, assim como o capital usurário e o capital industrial. Entretanto, ele jamais se referiu a um "capitalismo comercial". Ao contrário, Marx ressalta que apenas o capital industrial é uma forma autônoma, vale dizer, apenas ele pode constituir-se como Sujeito – ou seja, repor as condições de sua própria reprodução – e assim dar base a um modo de produção próprio (o capitalismo) – enquanto o capital comercial e o usurário sempre existiram em outras formas de organização social, exatamente porque não são formas autônomas e portanto não podem constituir um modo de produção específico. Desta forma, coloca-se a questão lógico-teórica de se o capital comercial pode ser considerado o sujeito deste processo de acumulação primitiva de capital, questão que não é abordada por Novais, que como vimos trabalha com a categoria, a nosso ver problemática na perspectiva marxista, de capitalismo comercial.

Poder-se-ia ainda tentar utilizar o mesmo argumento metodológico do "sentido", discutido na seção I, para defender Novais. Assim, ele estaria vendo não um sentido teleológico, mas apenas vendo *a posteriori* um sentido que era contingente mas se realizou efetivamente na história. Mas aqui se coloca outra questão: em que medida a colonização e a extração do excedente colonial foram de fato

[4] É importante ressaltar que Caio Prado Jr foi mais cuidadoso que Fernando Novais, pois fala em capital comercial mas não em "capitalismo comercial", evitando, cautelosamente, usar a categoria modo de produção ao tratar do período colonial.

condições necessárias para a acumulação primitiva de capital? Esta questão também suscitou várias discussões na historiografia, ao que nos parece inconclusivas.

Assim, um aspecto interessante do ponto de vista metodológico é que, ao procurar aprofundar o modelo de Caio Prado Jr, Novais o faz ao custo de tornar o modelo mais falseável – para usar a linguagem de Karl Popper [5] – e, portanto, mais frágil às críticas. Isto talvez explique por que muitos críticos do modelo pradiano muitas vezes discutam em bloco os dois autores e, sem muito cuidado, transpõem críticas a Novais como se pudessem ser imputadas a Caio Prado Jr.

Desta forma, a idéia de "sentido da colonização", de Caio Prado, como defendemos anteriormente, não nos parece ser teleológica, embora as idéias de Novais a partir da noção de "sentido profundo da colonização" sejam menos facilmente defensáveis sob este aspecto.

3) As críticas ao modelo pradiano

Apesar das diferenças entre os três autores tratados anteriormente, a historiografia, especialmente a crítica, os trata como constituindo um mesmo modelo interpretativo. Assim, o modelo interpretativo de Caio Prado Jr e os desenvolvimentos feitos por Celso Furtado e Fernando Novais são tratados como o que se pode chamar de desenvolvimentos de um mesmo paradigma, dentro da chamada *ciência normal*, de Thomas Kuhn [6].

Este modelo teria então as seguintes características:

1) há dois tipos de produção: a principal, voltada para a exportação e realizada em grandes propriedades e com mão-de-obra escrava; a subsidiária, voltada para o abastecimento interno e que era feita ou em propriedades menores com predominância de trabalhadores livres ou dentro da grande lavoura de exportação, que buscava a auto-suficiência, como produção para subsistência.
2) Baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas em virtude do uso extensivo dos recursos naturais e da mão-de-obra escrava.
3) Como decorrência dos pontos anteriores, uma grande concentração da renda monetária na elite agrário-exportadora e um mercado interno reduzido, cuja dinâmica era dependente da dinâmica do comércio externo.
4) O capital comercial é a categoria chave para se compreender a estrutura e o funcionamento da sociedade colonial, caracterizada pela falta de autonomia e pela dependência desta com relação ao mercado europeu.

---

[5] Popper, Karl. *A lógica da pesquisa científica.*
[6] Kuhn, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas.* São Paulo: Perspectiva, 1995.

Adiantamos na introdução a este trabalho os tipos de críticas teóricas a este modelo. A primeira, que já discutimos nas duas seções anteriores, é a acusação de que a idéia de "sentido da colonização" seria teleológica. Embora Fernando Novais parece às vezes incorrer em afirmações que soam teleológicas, não cremos ser justa a extensão de tais críticas a Caio Prado Jr.

As duas outras críticas teóricas – a relacionada à defesa da importância central do escravismo e a referente ao uso da categoria modo de produção – foram propositivas, ou seja, apontaram para a tentativa de superação do modelo, ou seja, para a construção de novos modelos interpretativos, e serão o objeto desta seção.

Já quanto às críticas empíricas, elaboradas a partir de pesquisas empíricas baseadas em fontes documentais, que indicavam um mercado interno amplo e alto grau de complexidade da economia colonial, são mais esparsas e monográficas. Elas funcionaram mais, dentro da perspectiva de Karl Popper, como *testes empíricos* para *falsear* o modelo pradiano, ou então, numa perspectiva *a la* Thomas Kuhn, explicitando *anomalias* dentro do paradigma. Não resultaram, assim, em um novo modelo interpretativo (novo paradigma teórico), mas incentivaram a busca de novas teorias e foram incorporadas pelos dois modelos que surgirão na década de 90 buscando superar os limites do modelo pradiano. Por isto, não dedicaremos a elas um tratamento sistemático, bastando-nos aqui lembrar suas conclusões e traços gerais[7].

Passemos a analisar então as duas principais críticas teóricas que surgiram na década de 80. Gorender (1985), em sua obra *O escravismo colonial*, propõe, seguindo uma idéia proposta por Ciro Flamarion Cardoso (Cardoso, 1975), aplicar a categoria Modo de Produção para interpretar o período colonial no Brasil e nas colônias americanas em geral. Com isto, pretende o autor ser mais rigoroso que Caio Prado Jr quanto à aplicação do materialismo histórico ao estudo do Brasil-Colônia, propondo uma inversão metodológica no enfoque que ele chama de *circulacionismo*, ou seja, do centro no capital comercial e no comércio externo, para dar ênfase às relações de produção, que configuram um modo de produção.

Assim, Gorender destacará a dinâmica e a lógica internas à colônia, sua autonomia como um modo de produção distinto de todos os que já haviam surgido. A relação de produção nas colônias era

[7] É interessante notar que entre os historiadores (como entre outros cientistas sociais) há os dois extremos, aqueles mais voltados à teoria, e que constroem estruturas teóricas que buscam dar conta de largos períodos históricos, e aqueles mais voltados à pesquisa empírica, segundo os quais os dados refutam qualquer teoria que pretenda ter caráter geral. Isto nos parece ser parte da eterna discussão iniciada entre o positivismo e o historicismo na teoria do conhecimento: o positivismo, recorrendo à lógica dedutiva, otimista com relação ao poder de explicação das teorias científicas, na busca de "leis gerais", e o historicismo, recorrendo ao empírico (e às vezes cedendo à tentação de uma "lógica" indutiva) e com o seu ceticismo quanto às abstrações e generalizações das teorias. Nesta tensão, não podemos nos esquecer que há tentativas de superação, das quais as mais influentes são as de Max Weber (com os tipos ideais e a hermenêutica) e a de Karl Marx (com a dialética materialista). Como veremos, na historiografia brasileira, esta tensão também aparece, e as diferenças entre os autores muitas vezes está na solução (ou falta de solução) metodológica para esta questão, que é central neste trabalho.

o escravismo, donde então esta categoria será a chave para o estudo da colônia, e não mais o capital comercial.

Assim, seus esforços na referida obra se concentram em mostrar que houve, nas Américas, um novo modo de produção, que ele, como Ciro Cardoso, chama de Modo de Produção Escravista Colonial. Sua argumentação é feita então para, no bojo das categorias da Economia Política, decifrar as leis gerais deste novo modo de produção. Não entraremos nos detalhes de sua extensa obra, apenas nos centraremos em alguns pontos que julgamos centrais e nas suas proposições metodológicas.

Ainda que existissem de fato certas determinações autônomas na economia colonial (o que levou alguns autores a questionar a ênfase que foi dada no modelo pradiano à extração do excedente colonial e à visão da colônia como mero apêndice de um sistema mais amplo cujo centro era a Europa), o próprio Ciro Cardoso ressalta que o modo de produção colonial é dependente.

Os aspectos principais e imediatos desta dependência, como é sabido, são: 1) a reprodução da força de trabalho – a mão-de-obra escrava africana – se dava fora do modo de produção, era-lhe portanto exterior; e 2) apesar de a produção da mais-valia se dar na colônia, a realização desta mais-valia ou, como chamou Marx, o "salto mortal da mercadoria" (a passagem M – D') se dava no mercado Europeu, dependia deste, e portanto também era dada fora do modo de produção.

Entretanto, para Marx o conceito de modo de produção implica uma totalidade orgânica, autônoma e que se reproduz a si própria. Desta forma, torna-se frágil a idéia da existência de um modo de produção "dependente", como sugere Ciro Cardoso, visto que o capital comercial parece ter grande influência neste modo de produção que não se reproduz sem ele, seja na reprodução da força de trabalho, seja na realização da mais-valia, etapas fundamentais da lógica de funcionamento do referido modo de produção.

Antonio Barros de Castro, no seu texto *A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão* (Castro, 1980), assim como Gorender, destaca, contra o modelo pradiano, a escravidão como categoria central para a compreensão do sistema colonial. Entretanto, ao contrário de Gorender, que busca apreender a categoria escravidão por meio das categorias da Economia Política, com o conceito de modo de produção, Castro tem uma leitura diferente que remete aos limites da Economia Política.

Numa interessante argumentação, escreve que o procedimento desenvolvido por Marx em *O Capital*, buscando as "leis gerais" que regem a produção capitalista, não pode ser repetido para outras sociedades. Isto porque é apenas no capitalismo que se tem de fato a autonomia da esfera "econômica" da vida social frente às demais esferas, é apenas no capitalismo que as relações sociais entre os homens aparecem como se fossem naturais e portanto passíveis de serem estudadas por uma ciência que busca leis gerais e regularidades, e é apenas nesta sociedade, portanto, que o materialismo histórico, e portanto a Economia Política, poderiam ser rigorosamente aplicados. Por exemplo, a respeito do feudalismo, diz o autor:

> "O que se pretende frisar é que o feudalismo tem em sua base uma 'substância' histórica – união química entre o econômico e o político – inexistente no capitalismo. Num tal contexto, não tem, pois, cabimento discutir o peso relativo do 'econômico', que simplesmente não existe como tal. Tampouco tem sentido pretender sequer estabelecer a 'lei econômica que preside o movimento desta sociedade'. Em outras palavras, este regime social e sua evolução são rigorosamente intratáveis pela economia política, e não se pode fazer com ela o análogo do que Marx fez para o capitalismo". (Castro, 1980, p.84).

Partindo desta concepção, Castro vai analisar as características da economia colonial para mostrar os limites da Economia Política na sua apreensão. Assim, pode-se resumir sua argumentação em três partes:

1) A estrutura da economia colonial foi moldada pela produção de mercadorias, ou seja, produção de valores de troca, e não apenas de valores de uso, como no escravismo patriarcal da antiguidade.
2) Embora esta estrutura tenha sido moldada pela produção de mercadorias, ela também foi moldada pela escravidão, elemento estranho ao capitalismo. Neste aspecto é que ele se diferencia do modelo pradiano e se aproxima de Gorender.
3) A Economia colonial tem portanto esta dupla determinação (a produção de mercadorias e a escravidão), e sua apreensão teórica não pode se ater apenas à produção de mercadorias – o "sentido da colonização" – pois a presença do escravismo torna insuficientes as teorias da Economia Política cujas categorias foram elaboradas para a economia capitalista, de produção de mercadorias. Neste aspecto ele vai então num caminho oposto ao de Gorender, que tem como premissa metodológica a possibilidade de aplicação das categorias da Economia Política (que constituiriam pois uma *estrutura* teórica de análise) a todos os modos de produção, apesar de se colocar como crítico do estruturalismo de Althusser.

Para Castro, a economia colonial teria uma parte previsível, ou seja, passível de ser estudada pelas leis da Economia Política (já que é uma sociedade de produção de mercadorias, com as regularidades trazidas pelas relações mercantis) e outra parte imprevisível, regida pela luta de classes (escravos e senhores), cuja motivação é primordialmente política e não econômica. Apenas no capitalismo, em que a extração do excedente da força de trabalho se dá de forma puramente econômica, dentro das leis do mercado (já que juridicamente todos são iguais), é que a luta de classes torna-se de certa forma "previsível" pelas leis da Economia Política. No escravismo (e de resto nas demais sociedades pré-capitalistas), como a coação ao trabalho e a extração do excedente são extra-econômicas (baseadas pois em relações jurídicas de dominação), esta luta de classes não pode ser estudada pelas leis da Economia Política.

Assim, Castro destaca os limites do materialismo histórico para compreender a economia colonial:

> "Estas são razões fundamentais que impossibilitam estudar o regime social imperante no nosso passado, através das condições e necessidades da produção de mercadorias. As determinações que daí provêm existem e têm o seu espaço. Limitar-se a elas – e/ou ao seu 'sentido' – no entanto, é tomar os escravos como se apenas emprestassem um colorido especial à história, ou pior, talvez, como se as características por eles introduzidas na economia e na sociedade fossem apenas outras tantas 'irracionalidades' ". (op.cit, p. 106).

Ele permanece próximo de Gorender e Ciro Cardoso, entretanto, por destacar a reprodução interna à colônia. Assim, para ele, o "sentido" poderia explicar apenas a *implantação* do sistema colonial, mas o desenvolvimento posterior deste sistema traria uma dinâmica interna que a idéia de "sentido" era insuficiente para explicar, pois a partir de agora a sociedade colonial deveria reproduzir-se a si própria:

> "A produção em massa de mercadorias cria raízes no Novo Mundo, objetivando-se sob a forma de um complexo aparato produtivo. O 'objetivo' maior desta realidade – o seu 'sentido' se se quiser – lhe é agora inerente: atender as suas múltiplas necessidades, garantir a sua reprodução. Em tais condições o comércio é estruturalmente recolocado e os interesses mercantis – bem como os da Coroa – terão necessariamente que ter em conta as determinações que se estabelecem ao nível da produção. Em outras palavras, a forma pela qual os interesses externos atuam sobre a colônia passa a depender 'primeiramente da sua solidez e da sua estrutura interna'. O 'projeto' colonial e/ou mercantilista subsiste, sem dúvida: o seu raio de incidência – especialmente em conjunturas adversas – fica no entanto severamente limitado pelo surgimento na colônia de uma estrutura sócio-econômica, com seus elementos de rigidez, suas regularidades, seus interesses e, por último, mas também importante, pelos conflitos que lhe são próprios". (Castro, 1980, p. 88-89).

A crítica de Castro ao uso das categorias da Economia Política para estudar as sociedades passadas nos parece correta. Concordamos no que diz respeito aos modos de produção não serem homólogos, para o que Marx alertou que se deveria ter cuidado ao aplicar as categorias da Economia Política, construídas a partir da sociedade burguesa (capitalista) para estudar o passado (conforme seção 1 deste trabalho). Assim, a nosso ver, Marx não tinha como objetivo construir uma "teoria geral da história", como parece entender Gorender que, neste ponto, apesar das críticas ao estruturalismo, se aproxima muito de Althusser. E isto ocorre porque Gorender, como os estruturalistas, exagera ao destacar um pretenso caráter cientificista em Marx[8], o que torna sua leitura da obra marxiana pouco dialética, particularmente no que diz respeito à relação dialética entre a particularidade e a generalidade dos conceitos, que é essencial à compreensão da concepção marxiana da História.

Entretanto, a limitação da Economia Política apontada por Castro para estudar o período colonial nos parece exagerada. Ele aponta para o caminho oposto ao do estruturalismo e de Gorender, para negar qualquer caráter de generalidade aos conceitos da Economia Política, que não poderiam ser aplicados a outras sociedades em que a dominação e a extração do excedente não fosse de caráter

[8] Entendemos que a crítica de Gorender seja mais quanto à rigidez do esquema de combinações do estruturalismo, nos quais ele não encontraria espaço para um novo modo de produção escravista colonial, do que ao esquema abstrato propriamente dito. Ele tem a mesma concepção de generalidade do uso das categorias da economia política para se estudar outras sociedades, como se constituíssem uma teoria geral da história (ou *estruturas* conceituais gerais), o que no nosso entender não era o objetivo de Marx, o que ele próprio explicitou várias vezes.

puramente econômico, como ocorre com o trabalho assalariado no capitalismo, e portanto não poderiam ser aplicados ao escravismo colonial. Esta questão metodológica da generalidade dos conceitos é central para a discussão e voltaremos a ela adiante, pois aqui nos deparamos com a questão da legitimidade dos conceitos criados para se apreender a realidade social, ou seja, com a questão da adequação do discurso científico ao objeto.

Por hora, cumpre notar que esta posição de Castro obriga a optar por uma abordagem próxima às vertentes dualistas da historiografia, como as de Roger Bastide e Jacques Lambert, que viam no Brasil uma sociedade dual (um setor moderno, capitalista, e outro arcaico, feudal). No caso de Castro, haveria dois elementos de natureza distinta convivendo simultaneamente – a produção de mercadorias, capitalista, e o escravismo, elemento estranho ao capitalismo – e da *combinação* destes elementos é que emerge a sociedade brasileira:

> "No regime social que aqui se instala há dois teclados; os teclados são dois, mas a música é uma só. Há a produção de mercadorias, com a sua partitura composta de determinações econômicas. E há a escravidão, um velho tema, que permite improvisos de muita força. A teoria desta realidade está por ser produzida. Mas não será negando características fundamentais do regime social, aqui surgido, que ela poderá vir a ser construída. Nesta empresa, como se procurou mostrar neste trabalho, há que resistir a duas tentações: tomar esta realidade como uma história sem determinações próprias, com o que se resvala, inexoravelmente, para a teleologia; ou concebê-la como um sistema sócio-econômico homólogo ao capitalismo e, como tal, passível de ser apreendido através de uma Economia Política". (op.cit., p106-7)

A primeira tentação, como se percebe, é aquela em que incorreu Fernando Novais, e a segunda, a que incorreram Gorender e Ciro Cardoso. Não nos parece, todavia, um procedimento metodológico correto partir de interpretações dualistas, com a pretensão de se apropriar da totalidade concreta a partir de combinações ou justaposições de elementos estranhos. O procedimento correto e o grande desafio teórico, a nosso ver, seria ver o papel do escravismo *dentro* da produção de mercadorias, como elemento dela, não como algo exterior e estranho a ela.

Do exposto até aqui identificamos alguns problemas que uma teoria com a pretensão de fazer uma superação das questões ainda não respondidas pela historiografia deveria conseguir resolver:

1) o fato de que o "sentido da colonização" , como foi apontado pelas críticas teóricas e também pelos estudos empíricos empreendidos nas últimas décadas, não consegue explicar toda a riqueza de determinações da sociedade e economia coloniais, que se mostraram muito mais complexas do que o modelo previa, havendo pois de fato um grau de autonomia frente ao capital comercial;
2) que apesar desta relativa autonomia, há problemas lógicos quando se tenta aplicar a categoria modo de produção à economia colonial, dado o caráter dependente da sua reprodução;
3) além do caráter dependente, o uso da categoria modo de produção também encontra dificuldades de aplicação em virtude de a economia colonial ter sido

> caracterizada, ao mesmo tempo, pela produção de mercadorias e pela escravidão, que em princípio seria incompatível com o capitalismo. Surge então a necessidade de conciliar, teoricamente, a produção de mercadorias com o escravismo, evitando as fáceis soluções de mera justaposição ou combinação de elementos.

Na próxima seção, veremos como os novos modelos teóricos propostos na década de 90 buscaram lidar com estes problemas.

4) Os modelos interpretativos da década de 90

O trabalho de Fragoso (1992) destacou o conceito de Formação Econômico Social para tentar superar os problemas trazidos pelo uso da categoria modo de produção. Esta última categoria é vista como uma espécie de tipo ideal ou puro, enquanto a Formação Social seria a forma como se manifesta, fenomenicamente, o modo de produção. Assim, na realidade fenomênica, uma formação social pode conter elementos de diferentes modos de produção, entre os quais um é dominante. Esta concepção não é estranha a Marx, que de fato falou na coexistência de elementos de modos de produção passados e embriões da forma futura dentro de um modo de produção dominante.

Mais do que isto, Fragoso destaca que estas formas não-capitalistas de produção, ligadas ao mercado interno que era muito expressivo (como evidenciado pelas pesquisas empíricas) eram essenciais na acumulação da economia colonial:

> "A existência de um mercado doméstico e de segmentos produtivos para ele voltados introduz um novo elemento na lógica de funcionamento da formação colonial – referimo-nos à possibilidade de reproduções endógenas. (...) o processo de reprodução desses segmentos se dá em meio ao mercado interno, constituindo-se, assim, em movimentos de acumulação introversas na economia colonial. Disso infere-se uma maior possibilidade de retenção do sobretrabalho na própria economia colonial e, portanto, de autonomia dessa última diante de flutuações externas. (...) Em realidade, a possibilidade de se apreender os movimentos de acumulação endógena à economia colonial prende-se à compreensão dessa última enquanto formação econômico-social. Desse modo, aquela acumulação resultaria, a princípio, da interação mercantil dos processos de reprodução do escravismo colonial com os setores produtivos ligados ao mercado doméstico". (Fragoso, 1992, p.131-132).

Assim, a interpretação de Fragoso radicaliza a visão, contrária à idéia de "sentido", de que a economia colonial tinha uma reprodução autônoma, que o processo de acumulação no interior da economia colonial era o principal fator para compreender a reprodução desta sociedade. Daí advém uma das críticas de Costa & Motta a seu modelo, buscando apoio no próprio Ciro Cardoso, insuspeito de ser um defensor da idéia de "sentido":

> "Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em 'capitalismo comercial') e mais em geral a circulação de mercadorias como locus explicativo privilegiado, só posso me regozijar com esses novos e sólidos argumentos. Desde que também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. (...) não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a dependência colonial e

> neocolonial – e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que **algumas** das determinações imputadas a fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida." (Cardoso et alli, 1988, p.58; apud Costa & Motta, 1995)

Ou seja, a crítica de Ciro Cardoso procura evitar uma posição extremada à idéia de sentido que implica em esquecer que a economia colonial era dependente, embora algumas das suas determinações que foram imputadas a fatores externos (ao "sentido") não eram explicadas por eles (conforme a pesquisa empírica demonstrou fartamente).

A outra crítica de Costa & Motta a Fragoso é que *"o entendimento da economia colonial enquanto formação econômico-social encobre, mas não resolve, a impropriedade presente na utilização do conceito de modo de produção ('problema' que Fragoso, aliás, compartilha com Ciro Cardoso e Jacob Gorender)"* (Costa & Motta, 1995, p. 29).

Assim, os autores resgatam idéias presentes em textos do próprio Costa (1985, 1995 e 1999), nos quais o autor critica o uso da categoria modo de produção para se estudar o período colonial. Nestes textos, o autor defende que tal impropriedade está no fato de que Marx concebeu os modos de produção não como uma teoria geral da história, mas como um *continuum* lógico próprio da Europa, *continuum* este do qual o capitalismo é o ponto culminante. E o capitalismo é o ponto culminante no sentido de que a partir dele a história se fez *universal*, pois o capitalismo tende a exportar-se a si próprio, homogeneizando as relações sociais nas distintas sociedades e áreas do planeta, através do desenvolvimento nunca antes visto das formas mercadoria, dinheiro e capital. Todas as áreas do mundo ficam então unidas pelo capital e pelo capitalismo. Assim, não faria sentido falar-se em outros modos de produção depois de fundada a história universal pelo capitalismo, e o autor insere a sociedade colonial como uma sociedade que se desenvolve correlatamente ao desenvolvimento do capitalismo, ou seja, como uma sociedade *posta* pelo capital e cujo desenvolvimento resultou no capitalismo.

Além disso, criticando a idéia de uma teoria geral da história e das revoluções, ou seja, da passagem de um modo de produção para outro, escreve Costa:

> "(...) a gênese de um modo de produção pode ser única, específica, sendo impossível, portanto, confundir os constituintes genéticos – elementos constitutivos bem como as inter-relações que os vinculam – de um modo de produção com os de outro. Ademais, à medida que não tem de haver, necessariamente, apenas um padrão genético, torna-se impossível o estabelecimento de uma lei, ou conjunto de regularidades, que explique, de maneira abrangente e genérica, a passagem de um para outro modo de produção, ou seja, é impossível formular-se uma teoria geral das revoluções. Além disso, o próprio funcionamento interno bem como a eventual 'dinâmica' ou 'rigidez' de cada modo de produção não são passíveis de equacionamento único, pois poderão ser peculiares a cada um deles. Logo, tanto pela sua gênese como pelo seu 'funcionamento', os modos de produção podem diferir entre si. Disto se conclui que eles não são isonômicos, vale dizer, não existe um conjunto único de leis ou regularidades que os reja." (Costa, 1999, p.2)

Ainda segundo Costa, além de não serem isonômicos, os modos de produção também não são **homólogos**, ou seja, não há necessariamente correspondência entre todos e cada um dos elementos constitutivos dos modos de produção, e estes elementos nem sempre se repetem em modos de

produção diferentes, ou aparecem com funções ou papéis totalmente distintos. Desta forma, não há como "emparelhar" os modos de produção para compará-los por meio de um conjunto único e abstrato de conceitos com pretensão de generalidade, o que foi feito pela vulgarização do marxismo a partir de Stálin, e também tanto pelos estruturalistas quanto o próprio Gorender que os critica.

Assim, a partir de uma leitura de Marx segundo a qual os modos de produção representariam não uma teoria geral da história, mas apenas um *continuum* próprio da Europa Ocidental (portanto um "sentido" reconstruído *a posteriori* pelo cientista, não um *a priori* teleológico e nem a construção de puros universais abstratos), Costa defende que os modos de produção não são nem isonômicos nem homólogos, aproximando-se da crítica de Barros de Castro, pois é uma crítica que aponta para os limites da utilização dos conceitos da economia política.

Entretanto, o modelo proposto por Costa encontra elementos de generalidade no escravismo colonial que permitem, ao contrário da crítica de Castro, estudá-lo com as categorias da economia política de Marx. Estes elementos de generalidade, como veremos, são encontrados a partir de uma retomada da idéia do "sentido", de Caio Prado Jr, e esta retomada assume, entretanto, a forma de uma superação dialética, ou seja, que supera mas conserva a idéia do sentido da colonização.

Passemos agora ao modelo interpretativo proposto por Julio Pires e Iraci Costa (Costa & Pires (1994) e Pires & Costa (2000)), para ver como os autores buscam resolver esta tensão entre, de um lado, os limites do uso dos conceitos da economia política, apontados com certa razão por Castro e, de outro a existência de determinações reais que parecem permitir (e pedir) o uso das categorias da economia política de Marx no período colonial.

O modelo teórico destes autores tem como centro a consideração das formas do capital estudadas por Marx. Estas seriam três: o capital comercial, o capital usurário e o capital industrial. Como se sabe, as duas primeiras formas estiveram presentes em quase toda a história, não têm raízes em nenhum modo de produção, e são formas consideradas parasitárias, porque não se reproduzem autonomamente. Apenas o capital industrial tem autonomia, ou seja, apenas esta forma do capital reproduz-se a si próprio, pois a valorização se dá na esfera da produção, na criação de valor pelo trabalho. O trabalho socialmente necessário permite a reprodução dos trabalhadores e o trabalho excedente gerado é apropriado pelo capitalista como mais-valia, fonte dos lucros que poderão ser reinvestidos na produção. Assim, o ciclo do capital industrial repõe as próprias condições necessárias para se reiniciar o processo, permitindo portanto a reprodução do capital, que se torna um sujeito automático.

Pires e Costa defendem que existiu ainda uma outra forma do capital, que eles chamam de *capital escravista mercantil*. Esta forma do capital, como o capital industrial, é caracterizada pela produção de mais-valia, entretanto com uma peculiaridade: a produção de mais-valia é realizada com mão-de-obra escrava, e não com trabalho assalariado, como seria típico do capitalismo.

Assim, apoiando-se em citações de Marx, Pires & Costa (2000), chegam a três conclusões:

> 1)"a escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento;
> 2)estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência
> 3)os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil" (Pires & Costa, 2000, p. 90)

O primeiro ponto apresentado defende que o capitalismo, em seu desenvolvimento, pode eventualmente utilizar-se da escravidão. Foi o que teria ocorrido nas colônias americanas, que teriam passado por um lento e contraditório processo de formação/incorporação/adequação ao capitalismo:

> "A nosso juízo, só há uma maneira de apreender tal processo [o período colonial no Brasil - RAT]: cumpre assimilá-lo enquanto tal, vale dizer, como processo histórico concretamente dado. Este é o programa que nos cabe desenvolver; embora dos mais complexos, podemos sumariá-lo com poucas palavras: é preciso descrever como se deu o processo de 'formação/incorporação/adequação' da sociedade brasileira 'segundo o/ao' modo de produção capitalista, o qual se deve tomar, a um tempo, como causativo e resultante do aludido processo". (Costa, 1995, p.2)

Aqui, Costa defende portanto que não se deve ver o período colonial buscando lá outro modo de produção. Como já vimos anteriormente, para este autor, uma vez fundada a história universal pelo capitalismo, só faz sentido falar-se em capitalismo, e o processo de formação da sociedade brasileira é inseparável do desenvolvimento do capitalismo. Os dois outros tópicos acima completam o quadro: o escravismo que se produziu aqui é um escravismo produtor de mercadorias com vistas à valorização do valor, e assim o nosso escravismo pode ser estudado da perspectiva da economia política, ou seja, com os agentes sendo vistos como personificações de categorias econômicas (contrariamente às opiniões de Castro). Isto porque é o capital o **sujeito** deste processo, e os homens são, portanto, apenas suportes desta categoria econômica.

É exatamente pelo fato de o capital ser o sujeito deste processo, por ser ele o responsável pela universalidade e pela generalidade, que torna-se legítimo que nosso período colonial seja estudado pelas categorias da economia política. Assim, Pires & Costa vêem a adequação da generalidade dos conceitos, coerentemente com a postura do materialismo dialético, na própria realidade concreta, que é a da inserção do período colonial no processo mais amplo de constituição do capitalismo.

Cabe agora compararmos esta postura com uma questão que colocaremos à obra de Fernando Novais. A nosso ver, há um problema lógico-teórico se, para defender Novais das acusações de teleologia, recorrêssemos à consideração do capital comercial como sujeito do processo que leva à acumulação primitiva de capital. Isto porque, como se sabe, o capital comercial não é uma forma autônoma, e portanto não pode se constituir como sujeito. Novais, apesar de aparentemente não se dar conta deste problema ou de não enfrentá-lo de frente, contorna-o, de uma forma que entretanto não é rigorosa, com o uso da categoria capitalismo comercial, pressupondo pois o capital como sujeito. Entretanto, esta categoria é imprópria dentro da perspectiva marxista, visto que o capitalismo só se

inicia quando o conteúdo da relação formal D – M – D' é a extração da mais-valia, a partir do momento em que a força de trabalho se encontra disponível no mercado como mercadoria a ser utilizada no processo produtivo.

Entretanto, Costa & Pires, a nosso ver, conseguiram superar este problema por meio de uma categoria, o capital escravista-mercantil, que antecipa uma característica do capital industrial, que é o fato de a valorização se dar com base na produção de valor, da produção de mercadorias, e não apenas no comércio ou na cobrança de juros. Esta característica do capital escravista-mercantil permite, a nosso ver, falar no capital como sujeito durante o período colonial, ou seja, com o capital escravista-mercantil sendo sujeito de um processo que culminará com o surgimento do capital industrial e posteriormente levará à própria superação do capital escravista-mercantil.

É este resgate do "sentido", do caráter dependente de nossa sociedade colonial, que traz a adequação ao uso dos conceitos da economia política para o estudo de nossa sociedade. Não naturalmente de todos os conceitos, como por exemplo o de modo de produção, o que seria uma categorização arbitrária e subjetiva, ou seja, um idealismo que parte de categorias pré-concebidas que nada têm a ver com a realidade concreta do período colonial e nem com o materialismo dialético de Marx. A adequação se dá apenas àqueles conceitos que têm existência efetiva na realidade colonial, o que no caso é o conceito de capital (ainda que seja uma forma bastante peculiar do capital, que nem tinha sido tratada pelo próprio Marx).

Assim, cabe lembrar que para a dialética materialista de Marx é a generalidade concreta (generalidade posta) que legitima a generalidade dos conceitos, que os conceitos são portanto universais concretos (e não apenas universais abstratos, como na concepção de Kant que norteia a visão convencional de ciência, guiada pela lógica formal). A adequação do discurso científico ao objeto para Marx, portanto, se dá pelo fato de na própria realidade a abstração ter sido efetuada. No presente caso, da sociedade colonial, a adequação dos conceitos da economia política se dá exatamente pelo fato de as formas mercadoria e capital trazerem a generalidade posta e conduzirem o "sentido" da dinâmica social.

O resgate da idéia de "sentido" se evidencia assim nas características desta nova forma do capital, o capital escravista-mercantil. Entretanto, uma observação importante deve ser feita. Ainda que, ao contrário das formas do capital comercial e usurária, esta forma não seja parasitária, pois ela está assentada, como o capital industrial, na produção de mercadorias e, portanto na produção de valor (e não apenas na sua circulação e redistribuição), ela entretanto não é autônoma como o capital industrial:

> "Como evidenciado, o capital escravista-mercantil, por não trazer implícita a plasticidade do comercial e usurário, é imediatamente dependente de uma específica relação de produção (a escravista) e igualmente dependente de específicos modos de produção (o escravista e o capitalista). Assim (...) tal forma não traz em si seus pressupostos não sendo capaz, portanto, de per se, repô-los; vale dizer, as condições objetivas de sua existência e

> subsistência lhe são externas e dadas pelos modos de produção retro assinalados. Logo, a forma capital escravista-mercantil é incapaz de dar suporte a um modo de produção que lhe seja próprio e que dela decorra" (Pires & Costa, 2000, p. 91)

Ou seja, para existir, esta forma do capital depende não apenas de uma relação jurídica estranha aos ideais da sociedade burguesa (o escravismo), como também do capital comercial, seja do tráfico de escravos, seja do mercado consumidor europeu. O desenvolvimento do capitalismo deve, entretanto, levar ao desaparecimento do escravismo, que é incompatível com este desenvolvimento.

O papel da categoria capital escravista-mercantil na solução dos problemas teóricos tratados neste artigo é tratada por Costa em outro texto: *Repensando o Modelo Interpretativo de Caio Prado Jr* (Costa, 1995). Falando da limitação do modelo pradiano, escreve o autor:

> "(...) as articulações presentes na sociedade brasileira sobrepujavam largamente um mero empreendimento dirigido pelo capital comercial e imediatamente voltado para o mercado mundial e dele totalmente dependente. Neste sentido tratava-se de uma economia com expressivos traços de integração endógena e que comportava uma gama diversificada de atividades produtivas votadas para o atendimento de suas próprias necessidades, dando-se, também, processos internos de acumulação. Disto decorria a geração, na órbita doméstica, de condições que permitiam um espaço econômico relativamente autônomo vis-à-vis a economia internacional e o capital comercial, espaço econômico este ao qual, ademais, deve-se atribuir expressivo contributo no que tange à formação da renda e do produto". (Costa, 1995, p.14)

Não obstante, o próprio autor afirma não ser seu objetivo **negar** (em sentido vulgar, não dialético) o modelo pradiano:

> "Do acima exposto pode-se inferir, esperamos que de modo claro, nossa postura com respeito ao modelo interpretativo de Caio Prado Jr. Não pretendemos negá-lo , mas, qualificando-o, evidenciar a possibilidade de superá-lo de sorte a chegarmos a uma nova síntese, adequada às realidades com quais nos deparamos quando observada a evolução da sociedade e da economia brasileiras à luz de estudos recentes" (Costa, 1995, p.18, grifos no original).

Assim, a melhor maneira de ver seu projeto é a partir da expressão alemã *Aufhebung*, que é a que melhor designa a negação dialética, pois tem ao mesmo tempo o sentido de "negar" mas também de "conservar" e "superar". Assim, Costa propõe três frentes teóricas para superar o modelo pradiano. A primeira é no campo metodológico: explicitar as mediações, que em Caio Prado não existem, entre a *essência* da sociedade colonial, seus determinantes em última instância (o "sentido"), e a sua *aparência* (plano fenomênico, ou seja, a complexidade da economia colonial).

A segunda é no campo abstrato, na compreensão da acumulação na economia colonial e do papel desempenhado nesta pelo capital comercial e pelo capital escravista-mercantil. Este último é visto como o principal elemento da necessária mediação no campo metodológico, mediação entre o capital comercial e as condições internas da acumulação. Daqui percebe-se que a crítica a Caio Prado é portanto que o seu modelo coloca nossa economia como uma *projeção imediata* do capital comercial, quando na verdade ela era mediada pelo capital escravista-mercantil, que lhe conferiu traços

fenomênicos (no plano da aparência) específicos e não explicados apenas pela essência representada pelo capital comercial.

A terceira é na esfera do concreto, na qual defende o autor uma reformulação dos setores econômicos pensados por Caio Prado Jr, pois a bipartição feita por ele (grande lavoura escravista e agricultura de subsistência) é insuficiente para apreender toda a gama de articulações econômicas da colônia.

É interessante notar que Costa trabalha, sendo fiel ao próprio Marx (e Hegel), com distintos níveis da realidade: o nível da essência e o da aparência (ou realidade fenomênica). Assim, destaca que a teoria e suas categorias de análise devem não apenas explicar aquela essência (o que fez Caio Prado Jr), nem tampouco ater-se à aparência (como as críticas empíricas), mas deve principalmente explicar as mediações entre a essência e a realidade fenomênica.

4) Conclusão

Buscamos mostrar neste trabalho como distintos olhares metodológicos da obra marxiana levaram a distintas interpretações do período colonial. Demos particular atenção à existência de uma certa tensão na historiografia que retoma, de certa forma, o debate entre a visão historicista do conhecimento, segundo a qual os conceitos são históricos, particulares, e assim os conceitos criados para estudar uma sociedade não podem ser generalizados para o estudo de outras; e a visão positivista e também a estruturalista, que buscam os "invariantes universais", ou as leis gerais que regem as diferentes sociedades.

Na primeira e segunda seções, fizemos uma exposição sobre o modelo pradiano e seus desenvolvimentos. O principal foco das críticas a este modelo era a falta de autonomia da economia colonial que decorre de sua lógica, o que mais tarde foi falseado pelas pesquisas empíricas.

Quanto às críticas teóricas, apresentamos na terceira seção as de Barros de Castro, Ciro Cardoso e a de Jacob Gorender. Este, partindo das críticas de Ciro Cardoso ao que seria um circulacionismo no modelo pradiano, ou seja, das críticas à ênfase na circulação e partindo então da proposição de que o estudo da colônia deveria se centrar nas relações de produção, buscou utilizar as categorias de Marx, particularmente as relacionadas ao conceito de modo de produção, para estudar a sociedade colonial. Defendeu, assim, que esta se constituiu em um novo modo de produção, o Modo de Produção Escravista Colonial. Barros de Castro criticou o uso da categoria modo de produção, defendendo que a economia colonial tinha duas faces: uma capitalista, que poderia ser estudada pelas leis da economia política, mas outra escravista, cuja dominação era política e não econômica, e que esta trazia à economia colonial um caráter de imprevisibilidade, pois não poderia ser apreendida pelas categorias da economia política.

Assim, se Gorender e Cardoso têm uma visão metodológica e uma leitura de Marx que implica em conceber generalidade aos conceitos da economia política marxista (aproximando-se do positivismo e também do estruturalismo), Castro tem uma compreensão de que estes conceitos não podem ser utilizados para outras sociedades, pois seriam próprios da economia capitalista (aproximando-se da concepção historicista do conhecimento). Entretanto, este autor propõe uma abordagem que nos parece frágil pois é dualista, ou seja, propõe a busca de uma explicação para o período colonial que se baseia numa mera justaposição ou combinação de elementos de diferentes sociedades.

Se nem todos os conceitos criados para a sociedade capitalista podem ser estendidos para analisar sociedades passadas, é preciso entretanto evitar o erro extremo de se dizer que não se pode usar a Economia Política para se estudar o escravismo, pelo menos quanto ao escravismo moderno. A adequação da abstração científica e, portanto, do caráter da generalidade do conceito em Marx, como se sabe, está exatamente no fato de a abstração ser real, processar-se na materialidade da vida social e, portanto, ser antes atributo do *objeto* e não apenas categoria arbitrária do *sujeito* (como na tradição de Kant da qual parte o moderno positivismo). Assim, é possível estudar o período colonial a partir dos conceitos da Economia Política, mas apenas a partir daqueles conceitos que de fato têm o atributo da generalidade posta, isto é, generalidade efetivamente existente, e que por isto se nega em particularidade.

Como notou Marx, a sociedade capitalista é uma máquina de abstrair, ou seja, uma sociedade que produz universais concretos e que assim se universaliza e tende a homogeneizar as relações sociais no mundo, exportando sua determinação característica, a forma capital (D – M – D').

E a forma capital estava presente na sociedade colonial, foi o fundamento do escravismo e da constituição desta sociedade, ao contrário do escravismo patriarcal da antiguidade, onde ela só aparecia esporadicamente. Assim, a partir da forma capital, particularmente da forma capital escravista-mercantil em sua associação ao capital comercial, criou-se uma espécie de *sujeito binário*, na sociedade colonial, que trouxe a generalidade a partir da qual tornou-se legítima e adequada ao objeto a utilização da Economia Política para tratar do escravismo colonial (embora não com o uso da categoria modo de produção, que não faz sentido).

Concordamos assim com a posição de Costa, segundo o qual a sociedade colonial deve ser estudada como sendo um processo de formação/incorporação/adequação daquela parte do planeta ao capitalismo, e que portanto é aí, neste "sentido" essencial que está a universalidade concreta que permite o uso da universalidade também dos conceitos da economia política, particularmente pela presença marcante e determinante da forma capital, manifesta na associação do capital comercial com o capital escravista-mercantil.

Além disso, a categoria capital escravista-mercantil nos parece extremamente adequada para explicitar as mediações que não apareceram no modelo pradiano entre o capital comercial e as formas internas de acumulação, tão enfatizadas por Fragoso, abrindo caminho para a superação daquele modelo. Tal categorização também evita o erro oposto ao de Caio Prado Jr, que se ateve à essência e se esqueceu do plano fenomênico, que é ater-se ao plano fenomênico (a aparente autonomia da economia colonial) e esquecer-se da essência (sua relação de dependência com relação ao capital comercial e ao desenvolvimento do capitalismo na Europa).

O modelo proposto por Fragoso incorre exatamente no outro erro apontado, que é privilegiar o nível da aparência, dos fenômenos, através do que ele chama de "mosaico de formas não-capitalistas de produção", que constituiriam então uma formação social que seria, no plano fenomênico, a manifestação concreta de um modo de produção que combina elementos de outros, e atribuir à acumulação que se dá nestes interstícios sociais não-capitalistas um papel preponderante na reprodução da sociedade colonial, esquecendo-se do seu caráter dependente.

Desta forma, a partir de um olhar metodológico, a interpretação trazida por Costa é a mais coerente com a dialética marxiana, pois ela supera conservando os momentos do historicismo e do positivismo, de uma forma dialética e materialista. É dialética por dois motivos: em primeiro lugar, percebe a existência das abstrações reais, e portanto da contradição, já que quando o universal se torna concreto ele se nega em particularidade. Assim o momento do positivismo está conservado pois há o momento da abstração (da generalidade). Da mesma forma, o momento do historicismo também é conservado pois a abstração é real, empreendida pelo próprio objeto, e assim ao mesmo tempo em que é geral, a abstração é também particular, pois é histórica. Em segundo lugar, é uma solução dialética porque percebe a contradição existente entre a aparência (o plano concreto ou fenomênimo) e a essência (o plano abstrato/conceitual), buscando encontrar a mediação dialética entre estes dois planos.

E além de dialética é materialista pois a posição do conceito é antes posição efetiva da coisa, ou seja, a abstração surge antes na materialidade da vida social para depois ser apreendida pelo sujeito do conhecimento. O conceito não é assim mera subjetividade, não é apenas um universal abstrato.

Em suma, e justificando o título deste trabalho, o fato de o capital ser o sujeito do processo de constituição da sociedade brasileira no período colonial, ainda que não como capital industrial, mas como uma associação entre o capital comercial e o capital escravista-mercantil, e exatamente por ser o capitalismo ao mesmo tempo causativo e resultante deste processo, exatamente por isto a idéia de "sentido" de Caio Prado Jr não pode ser descartada: é necessário, como faz Costa, encontrar as mediações entre este "sentido" no plano abstrato da essência (abstrato não por ser puramente ideal ou teleológico, mas porque o próprio capital realiza abstrações reais) e a complexidade da economia

colonial no plano concreto-fenomênico. A categoria capital escravista-mercantil nos parece ser, assim, um frutífero caminho para desempenhar esta tarefa.

Referências

CARDOSO, Ciro F. (1975). *Severo Martinez Peláez y el caráter Del régimen colonial.* In: ASSADOURIAN, Carlos et alli. *Modos de Producción em América Latina.* Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente: Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de. (1980). *A economia política, o capitalismo e a escravidão.* In: LAPA, José R. do Amaral (org). *Modos de produção e realidade brasileira.* Petrópoles: Vozes.

COSTA, Iraci Del Nero da. (1985). *Nota sobre a não existência de modos de produção coloniais.* São Paulo: IPE/USP.

_____. (1995). *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr.* São Paulo: Cadernos NEHD – FEA/USP, n. 3.

COSTA, I. & PIRES, J. (1994). *A fórmula do capital escravista-mercantil.* Estudos Econômicos, v. 24, n. 3, p. 527-532, set/dez.

FRAGOSO, João L. (1992). *Homens de grossa-aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

FURTADO, Celso. (1959). *Formação Econômica do Brasil.* 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GORENDER, Jacob. (1985). *O escravismo colonial.* 4 ed. São Paulo: Ática.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política.* Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. (1981). *Formações econômicas pré-capitalistas.* 3 ed. São Paulo: Paz e Terra.

MOTTA, J. F. & COSTA, I. (1995). *A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica.* Informações FIPE, dez.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979.

PIRES, J. & COSTA, I. *O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e condições históricas de sua superação.* Revista Estudos Avançados, 14 (38), 2000.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.* 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.